



RELATÓRIO DE GESTÃO 2021



SICOOB
Coopjus

SUMÁRIO

1

Sobre o
Sicoob Coopjus

2

Atendimento

3

Gente Coopjus

4

Orientação
Financeira

5

Eventos e Ações

6

Prestação de
contas

7

Relatório de
Administração

8

Demonstrações
Contábeis

9

Notas Explicativas

10

Parecer do
Conselho Fiscal

11

Relatório da
Auditoria





MENSAGEM DO PRESIDENTE

Prezados cooperados,

Em 2021 o Sicoob Coopjus completou 33 anos de existência, o que evidencia a consolidação de um trabalho sério e de compromissos em prol dos interesses dos Cooperados.

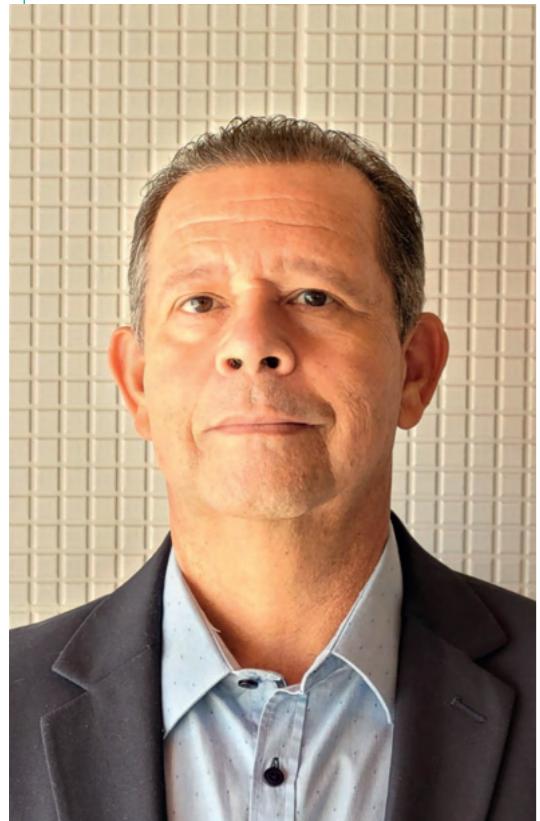
Apesar de ainda convivermos com os desdobramentos da pandemia da COVID-19, e de outros transtornos causados por eventos naturais, mais uma vez superamos os desafios e conseguimos avançar na busca de nossos objetivos.

Na avaliação dos resultados de 2021, conforme relatório da administração, obtivemos elevação do patrimônio líquido, crescimento no ativo e nas carteiras de depósitos à vista e a prazo.

Esse crescimento é fruto de alguns fatores importantes que respaldam o trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo dos anos, especialmente, uma política de crédito bem definida e aplicada. A concessão de crédito é precedida de minuciosa análise do propenso tomador de crédito, cercada de consultas cadastrais, além de ser submetida a limites de alçadas previamente estabelecidas, que são observadas.

Complementando esse quadro temos a implementação e o avanço da governança corporativa, modelo de gestão que fortalece o desenvolvimento e o crescimento de nossa cooperativa. A participação e atuação efetiva de nossos órgãos, que são: a assembleia geral, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal colocam em prática a governança e contribuem para o seu sucesso. Cada um desses atores, nos seus respectivos campos de atuação, contribui para a perenidade dos negócios e o desenvolvimento ordenado e equilibrado da Cooperativa.

Cabe destacar aqui o reconhecimento que o Sicoob Coopjus obteve no Prêmio Somos Coop Excelência em Gestão – ciclo 2021, decorrente da participação no Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas – PDGC promovido pelo Sistema OCB/OCEMG. Esse reconhecimento nos fortalece e confirma que estamos no caminho certo.



Ronaldo Alves da Silva
Presidente do Conselho de
Administração do Sicoob Coopjus

Mas não podemos parar. Temos que avançar, por isso que, em razão das constantes oscilações no campo econômico, surgimento de novas realidades tecnológicas, estamos sempre revisitando e aprimorando nosso planejamento estratégico, para manter firme e alcançar as metas estabelecidas.

O planejamento estratégico do Sicoob Coopjus para o período 2020-2025 foca na necessidade de crescimento, do fortalecimento e estreitamento da relação com os cooperados, de ampliação na oferta de produtos e serviços, ou seja, pela busca de todos os meios e possibilidade para tornar nossa cooperativa a principal instituição financeira do cooperado.

O ano de 2022 vem cercado de expectativas, por força das eleições que se avizinham, do cenário de incertezas que cercam a economia nacional e mundial, consequência de vários acontecimentos que temos acompanhado. Apesar desse cenário, vislumbramos com otimismo um futuro ainda mais promissor para o Sicoob Coopjus, porque temos um campo fértil para crescimento e desenvolvimento, com oportunidade de ampliação do quadro social, mantendo o foco em nosso público alvo, os servidores públicos federais, bem assim nos demais seguimentos de cooperados aptos a integrar nossos quadros, conforme disposição do nosso estatuto social.

É a contribuição que podemos dar para que o cooperativismo continue crescendo e se apresente como uma alternativa viável e uma opção frente aos tradicionais seguimentos financeiros do nosso sistema econômico.

O cooperativismo tem por filosofia a inclusão social, o tratamento igualitário e solidário, a ajuda mútua, o respeito e a igualdade. É o espaço no qual as pessoas se unem em torno de um mesmo propósito. Na cooperativa, os cooperados são donos do próprio negócio e, a medida que a instituição evolui, esse crescimento propicia retorno aos cooperados.

E para que o Sicoob Coopjus prossiga com essa evolução, estamos sempre atentos aos direcionadores estratégicos traçados, representados pela nossa missão, que é oferecer soluções inovadoras e sustentáveis por meio da cooperação, visão em ser a principal instituição financeira para o cooperado e referência em cooperativismo, primando pelos valores da transparência, respeito, ética, solidariedade, responsabilidade, inovação e simplicidade, liderança responsável e preservação da natureza cooperativa do negócio.

O sucesso até aqui alcançado é fruto do trabalho e empenho de todos, cooperados, colaboradores, Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal. Sem essa união não conseguiríamos chegar ao patamar que alcançamos. E a contribuição de todos é de suma importância para que possamos atingir os objetivos visados.

Cordiais saudações,

Ronaldo Alves da Silva
Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Coopjus.

DIRETORIA EXECUTIVA



Regina Dinelli
Diretora Geral

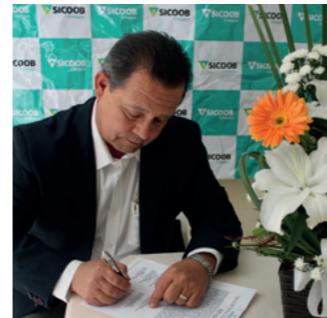


Suzan Junqueira
Diretora Administrativa



Fernanda Oliveira
Diretora Financeira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



RONALDO ALVES DA SILVA
Presidente do Conselho de Administração



Antônio Cláudio dos Santos Rosa
Vice-Presidente do Conselho de Administração



Áurea Maria Parreira
Conselheira Administrativo



Frederico Gomes Jabbur
Conselheiro Administrativo



Márcio David Carvalho
Conselheiro Administrativo



Nestor Santiago Santos
Conselheiro Administrativo



Roberto Rodrigues da Costa
Conselheiro Administrativo



Sérvio Túlio de Freitas Vanucci
Conselheiro Administrativo

CONSELHO FISCAL



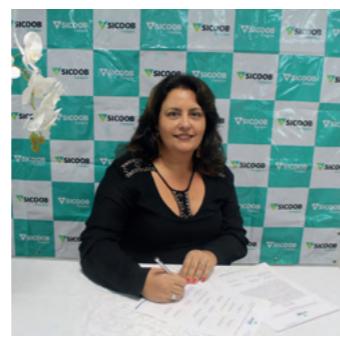
Ariane Miranda Rabelo Nésio
Coordenadora do Conselho Fiscal



José Milton dos Santos
Conselheiro Efetivo



Juliano Andrade Maria
Conselheiro Efetivo



Cláudia Maria Diniz Couto
Conselheira Suplente





SOBRE O SICOOB COOPJUS



SICOOB COOPJUS

O Sicoob Coopjus é composto por integrantes dos Órgãos e Entidades do Poder Judiciário, das Funções Essenciais à Justiça, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, todos da União, bem como da administração pública federal direta, indireta e fundacional localizadas no Estado de Minas Gerais.



PODEM SE ASSOCIAR:

Todas as pessoas naturais que concordem com o presente Estatuto Social e que preencham as condições nele estabelecidas e sejam residentes ou domiciliadas na área de ação da Cooperativa.

Os aposentados que, quando em atividade, preenchiam as condições estatutárias de associação;

Os pensionistas de associados vivos ou falecidos, e os pensionistas de falecidos, cujos instituidores de pensão preenchiam as condições estatutárias de associação;

O cônjuge ou companheiro, o dependente legal, o viúvo e os parentes de associados por consanguinidade ou afinidade, em linha reta, colateral, até o 4º grau;

Os empregados da própria Cooperativa e as pessoas físicas que a ela prestam serviços em caráter não eventual, equiparados aos primeiros para os correspondentes efeitos legais;

Os servidores ocupantes de cargo em comissão, não integrantes do quadro de pessoal dos órgãos previstos no campo de ação da Cooperativa;

Os empregados públicos dos órgãos previstos no campo de ação da Cooperativa;

As pessoas jurídicas sem fins lucrativos, as pessoas jurídicas controladas pelos associados pessoas físicas, e seus respectivos empregados, sócios e proprietários;

As pessoas jurídicas que prestam serviços à Cooperativa em caráter não eventual e seus respectivos empregados, sócios e proprietários, equiparados aos empregados da Cooperativa para os correspondentes efeitos legais;

Os empregados que prestam serviços aos associados, desde que o vínculo empregatício esteja legalmente anotado em sua CTPS;

Os estudantes de cursos superiores de áreas afins, complementares ou correlatas às que caracterizam as condições de associação das pessoas naturais definidas no artigo 9º do nosso estatuto social.

Os empregados das entidades associadas à Cooperativa e daquelas de cujo capital a Cooperativa participe direta ou indiretamente, bem como as pessoas físicas prestadoras de serviços em caráter não eventual a essas entidades;

Os servidores ou empregados públicos cedidos de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, aos órgãos especificados na composição do quadro social da Cooperativa;





4.309

50

R\$ 70.002.013

R\$ 210.443.982

R\$ 135.540.311

R\$ 20.767.280

R\$ 112.156.277

SICOOB COOPJUS EM NÚMEROS

cooperados

colaboradores

em patrimônio líquido

em ativos totais

em operações de crédito

em depósitos à vista

em depósitos a prazo

MISSÃO

Oferecer soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

VISÃO

Ser a principal instituição financeira dos associados e referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social dos cooperados e da comunidade.

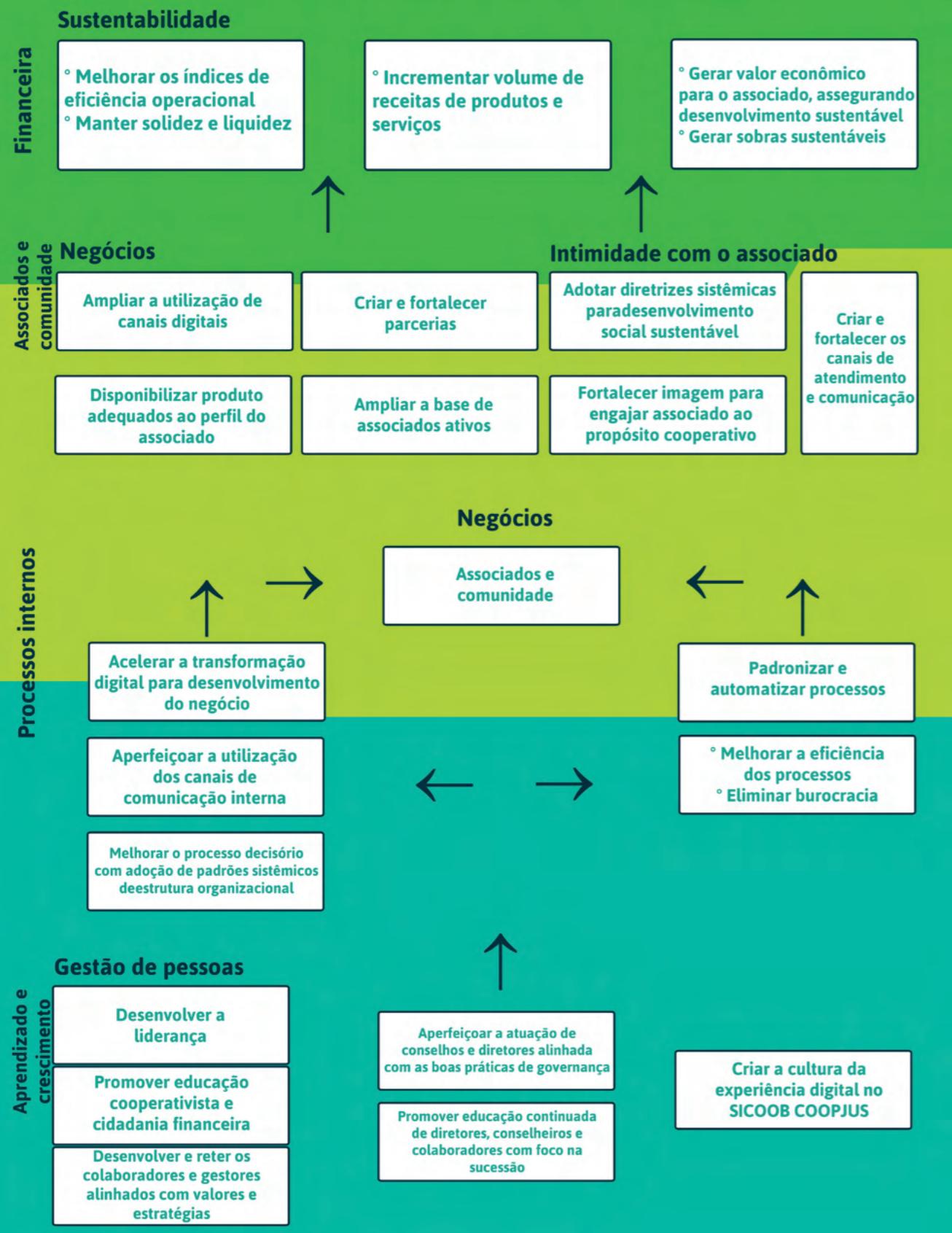
VALORES

Transparência;
Comprometimento;
Respeito;
Ética;
Solidariedade;
Responsabilidade;
Inovação e simplicidade;
Liderança responsável;
Preservação da natureza cooperativa do negócio.



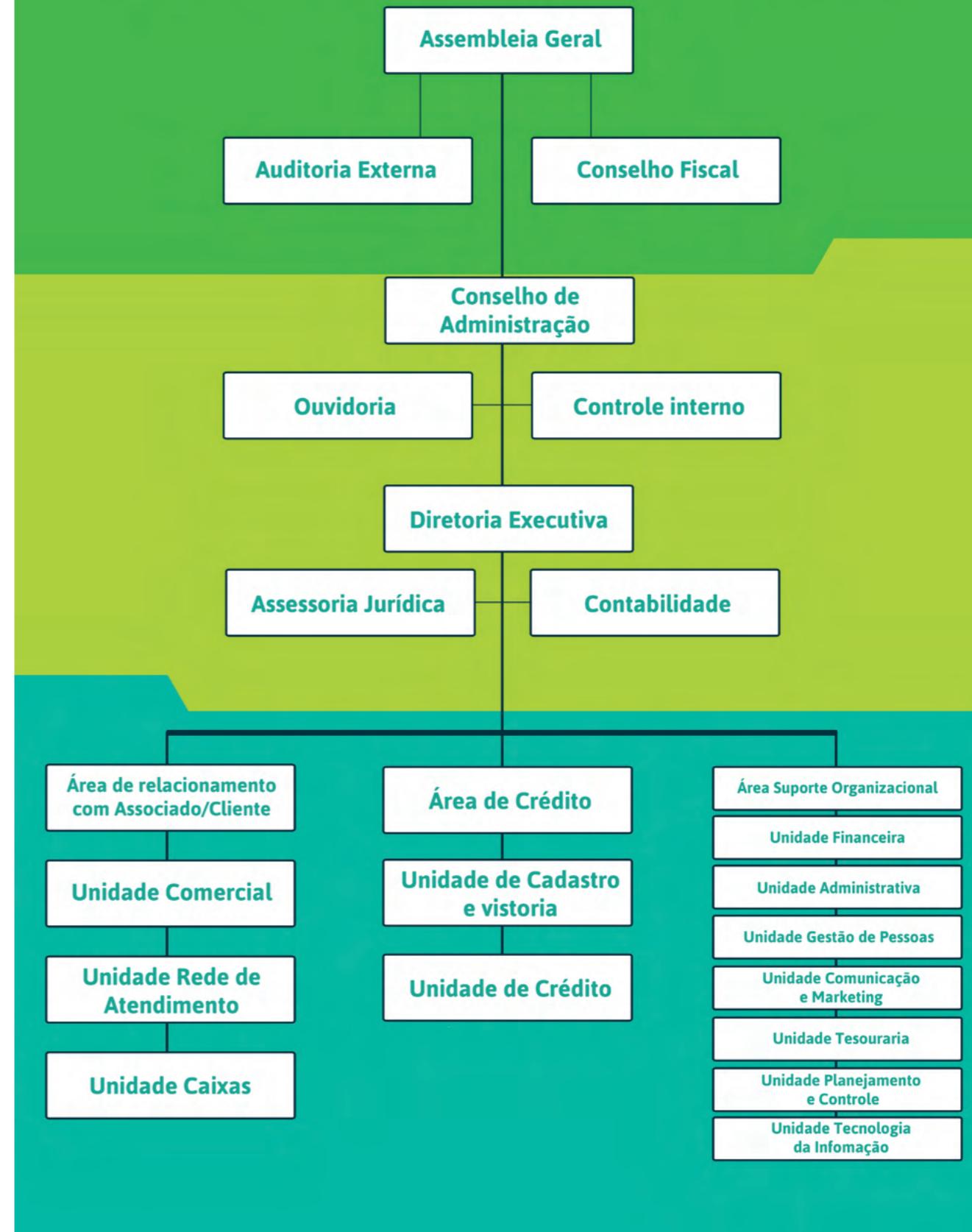
MAPA ESTRATÉGICO

SICOOB COOPJUS



ORGANOGRAMA

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO SICOOB COOPJUS





ATENDIMENTO



ATENDIMENTO SICOOB COOPJUS

Posto de Atendimento Matriz

Av. Getúlio Vargas , 258, sala 1002

Segunda a sexta-feira, de 9h às 17h (atendimento)
De 10h às 16h (caixa)

Espaço Cooperativo - TRE

Av. Prudente de Moraes, 320

Segunda a sexta-feira, de 9h às 17h.
De 9h às 16:30h (caixa)

Espaço Cooperativo - Justiça Federal

Av. Álvares Cabral, 1.741, Lourdes.

Segunda a sexta-feira, de 9h às 17h.
De 9h às 16:30h (caixa)

Atendimento telefônico

(Segunda a sexta-feira, de 9h às 18h)

Grande BH: (31) 2129-8585

Demais Localidades: 0800-701-0717

WhatsApp: (31) 99764-9282

Internet

Site: www.sicoobcoopjus.com.br

Facebook.com/SicoobCoopjus

LinkedIn.com/sicoobcoopjus

[@sicoobcoopjus](https://Instagram: @sicoobcoopjus)

[@SicoobCoopjus](https://Twitter: @SicoobCoopjus)





3

GENTE
COOPJUS



BALANÇO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS



Em 2021 o Sicoob Coopjus seguiu firme no acompanhamento do processo de desempenho da equipe por meio do Programa de Gestão do Desempenho – PGD, uma vez que, esse processo deve ser cíclico e contínuo, garantindo trabalhar o presente para conquistarmos um futuro ainda mais assertivo.

Como todos sabem, os treinamentos são relevantes para a construção de uma jornada de transformação, de motivação da equipe e de melhoria do desempenho das pessoas. Em 2021 realizamos cerca de 3908:56:00 horas de capacitações, incluindo Conselhos e Diretoria Executiva.

No nosso Planejamento Estratégico, na perspectiva de pessoas, temos como um dos principais objetivos: desenvolver e reter colaboradores e gestores alinhados aos nossos valores e a nossa estratégia, visto que é essencial para o sucesso e a perenidade do Sicoob Coopjus ter colaboradores e gestores mais qualificados, para que possamos gerar melhores resultados e contribuir para o alcance das metas e dos objetivos da Cooperativa.

Sempre pautados na transparência e na ética e buscando oportunidade de melhorias contínuas, realizamos uma parceria junto à empresa Great Place to Work|GPTW, para aplicação da pesquisa de clima organizacional. Ter um ambiente de trabalho saudável e motivador é responsabilidade de cada um de nós. Nossa objetivo foi obter melhores resultados por meio de uma cultura de confiança, alto desempenho e inovação.

Devido à pandemia da Covid-19, continuamos com diversas ações de prevenção e cuidado da saúde física e mental de nossos colaboradores. Realizamos palestras e oficinas psicoeducativas de autocuidado em atenção à saúde mental, buscando apoiar os funcionários e auxiliá-los a enfrentar esses tempos de mudança com positividade. Mantemos o trabalho híbrido, buscando preservar a saúde de nossos colaboradores e cooperados. Outra ação mantida, foi a divulgação de materiais educativos relacionados à proteção individual e coletiva, favorecendo a aprendizagem de todos os colaboradores no combate a essa pandemia. O Sicoob Coopjus promoveu, também, a campanha de vacinação contra gripe, uma maneira segura e eficaz, que minimiza não só a incidência como também a gravidade e a mortalidade em alguns grupos de idade, além de reduzir o impacto dessa epidemia.

Buscando o engajamento e participação de todas as pessoas integrantes do Sicoob Coopjus, realizamos ações virtuais temáticas, tais como: o Arraiá Sicoob Coopjus e a Confraternização de Fim de Ano 2021, eventos interativos e que reforçaram o contexto cooperativista.

50 colaboradores



17 com Superior Completo

15 com Ensino Médio Incompleto e/ou Superior Incompleto

18 com Pós-Graduação e/ou Mestrado

Treinamento e desenvolvimento



3061:40:00

Colaboradores

847:16:00

Conselheiros e Diretoria Executiva

12 participantes



Programa de Gestão de Desempenho - PDG 2021

35 avaliações e feedbacks

29

Movimentação de Pessoas



29 colaboradores com mudança de cargo

25

Recrutamento e Seleção



25 profissionais no mercado foram recrutados



ORIENTAÇÃO FINANCEIRA



ORIENTAÇÃO FINANCEIRA SICOOB COOPJUS

Com o objetivo de orientar os cooperados no planejamento e na administração das finanças pessoais, o Sicoob Coopjus oferece consultorias financeiras ministradas pela consultora Ana Carolina Gomes. Assim, o cooperado pode realizar até 3 consultorias durante o ano nas dependências da Cooperativa ou em atendimento online.

	Atendimentos	%
Endividamento	5	25%
Investimento	11	55%
Controle de orçamento	4	20%





5

EVENTOS E AÇÕES



O ano de 2021 para o Sicoob Coopjus proporcionou várias oportunidades de conhecimento, humanidade e de diversão. Podemos dizer que trabalhamos muito para que os sete princípios cooperativistas estivessem presentes. Certamente, dentre eles, o 6º princípio (Intercooperação) e também o 7º (Interesse pela Comunidade) se destacaram ao longo de todo o ano, graças a várias ações que realizamos pela cooperativa.



Dia de Copperar

Juntamente com outras cooperativas do Sicoob Central Cecremge, como parte da ação do Dia de Cooperar, realizamos a doação de cestas básicas, kits juninos e kits de natal para o Instituto Pedra Viva, localizado na Pedreira Prado Lopes, região noroeste de BH.



Gincana Cooperativista

Realizamos mais uma edição da Gincana Cooperativista, desta vez em parceria com o Sicoob Coopemg. Juntos, arrecadamos 1.746 unidades de fraldas infantis e 341 litros de leite, que foram entregues ao projeto Amor que Cura, instituição que atende crianças que estão em tratamento oncológico. Por meio das doações em valores, nossa Cooperativa conseguiu arrecadar R\$ 1.866,13 e apoiou a instituição Novo Céu. O Sicoob Coopemg apoiou a Casa Filhos de Nazaré e Casa Mãos de Maria e conquistou o primeiro lugar na disputa por arrecadar R\$ 7.236,00.



Semana ENEF

Participamos da 8ª Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF). Nossa Gerente Geral de Negócios, Rodrigo Máximo, ministrou palestras sobre Planejamento Financeiro para três turmas da Escola Municipal Maria da Assunção de Marco. Além disso, abrimos para cooperados e colaboradores o Se Liga Finanças On Line, uma plataforma do Instituto Sicoob com uma trilha de conhecimento sobre finanças. Nossos colaboradores ainda participaram de um quiz para testar seus conhecimentos sobre as boas práticas financeiras.

Oficinas IR

Cumprindo o 5º e 6º princípios cooperativistas (Educação, formação e Informação e a Intercooperação), o Sicoob Coopjus realizou novamente em 2022, de forma online, as Oficinas do Imposto de Renda 2021, ministradas pelo Advogado Tributarista e Consultor da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Diretor do Sicoob Cofal, José Ramos dos Santos.



Participantes (27)
Alexandre Utsch
Andrea Amaral
Carlos Roberto Henrique
claudia
Cláudio
Cleonice
EMILENE F H MORAES
Gabriel Torres
Gabriel Torres - Comunicação Coo...
Geovani Soares
iPhone Aguiarido
Kella
Lindon Johnson Antonio de Oliveira
Marcelo Limborço
Convidar
Ativar Meu Sicoob

AGOE e Café Cooperado

Em abril, aconteceu a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em modalidade digital. Como forma de preparar os cooperados para assistirem a transmissão ao vivo e votarem de suas casas, utilizando o Moob, realizamos os tradicionais Cafés Cooperados para tirar dúvidas do público.



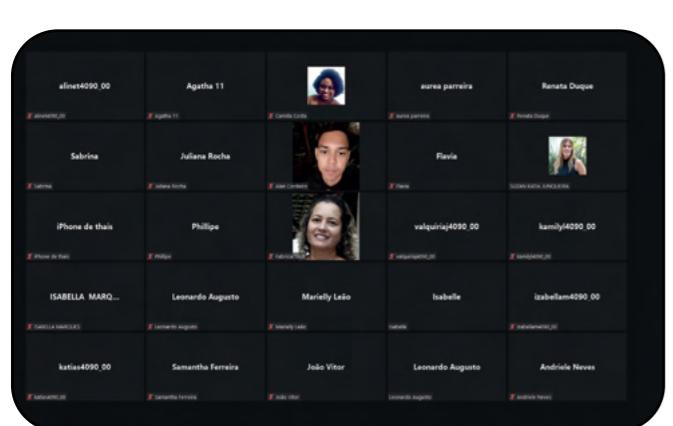
Aniversário Coopjus

Em maio, nossa cooperativa completou 33 anos e a celebração foi por meio de uma palestra virtual com o Diretor do Bancoob, Enio Meiner, e sorteio de prêmios para nossos cooperados.



Coopexperience

Nos meses de junho e novembro aconteceram as primeiras edições do Coopexperience, evento online do Sicoob Coopjus para estudantes de graduação e pós-graduação que contou com palestras e workshops de convidados especiais como Erico Metzner e Priscila Brandão. Ao final da semana de imersão em conhecimento, os participantes puderam desenvolver soluções para os desafios propostos e concorrer a prêmios em dinheiro. Foram treze projetos recebidos ao todo e doze estudantes entre os grupos contemplados nas edições.



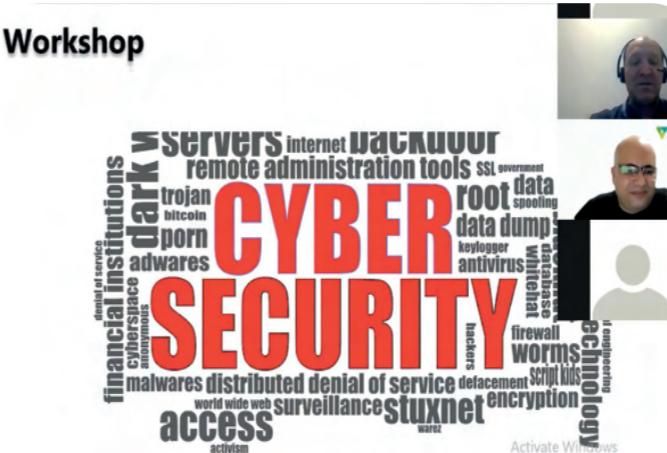
Conhecendo a LGPD - Dia do Estagiário

Em celebração ao Dia do Estagiário, convidamos o Gerente de Projetos especialista em Direito Eletrônico e professor, Jones Ribeiro, para conduzir o evento Conhecendo a LGPD. A palestra virtual foi ministrada para estudantes, cooperados e colaboradores.



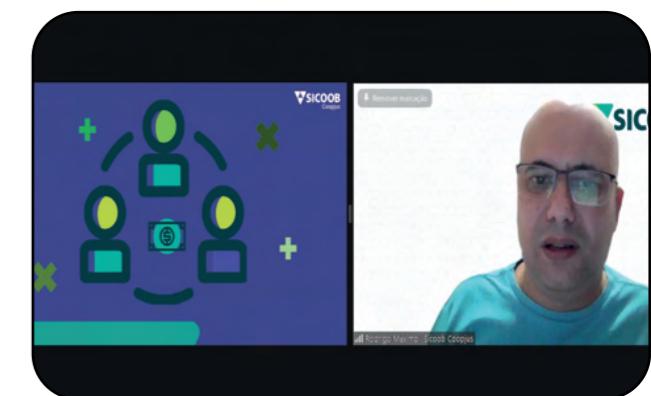
Roda de Conversa

O Sicoob Coopjus realizou em agosto de 2021 uma Roda de Conversa sobre Governança Cooperativa com o objetivo de propagar informações e fomentar a discussão sobre as boas práticas de governança no meio cooperativista. O evento contou com a presença de quatro profissionais de referência na área de governança: Adriana Solé, Sérvio Túlio de Carvalho, Rômeu Lima e Marco Aurélio Almada.



Semana do Servidor

O professor Jones Ribeiro foi nosso convidado novamente para ministrar uma palestra sobre Segurança Virtual, em comemoração ao Dia do Servidor Público, com sorteio de brindes para os presentes.



Congresso UNA

O Gerente Geral de Negócios, Rodrigo Máximo, foi convidado por nossa parceira UNA para ministrar uma palestra sobre Cooperativismo de Crédito, em outubro, para os alunos dos cursos de Gestão e Negócios.



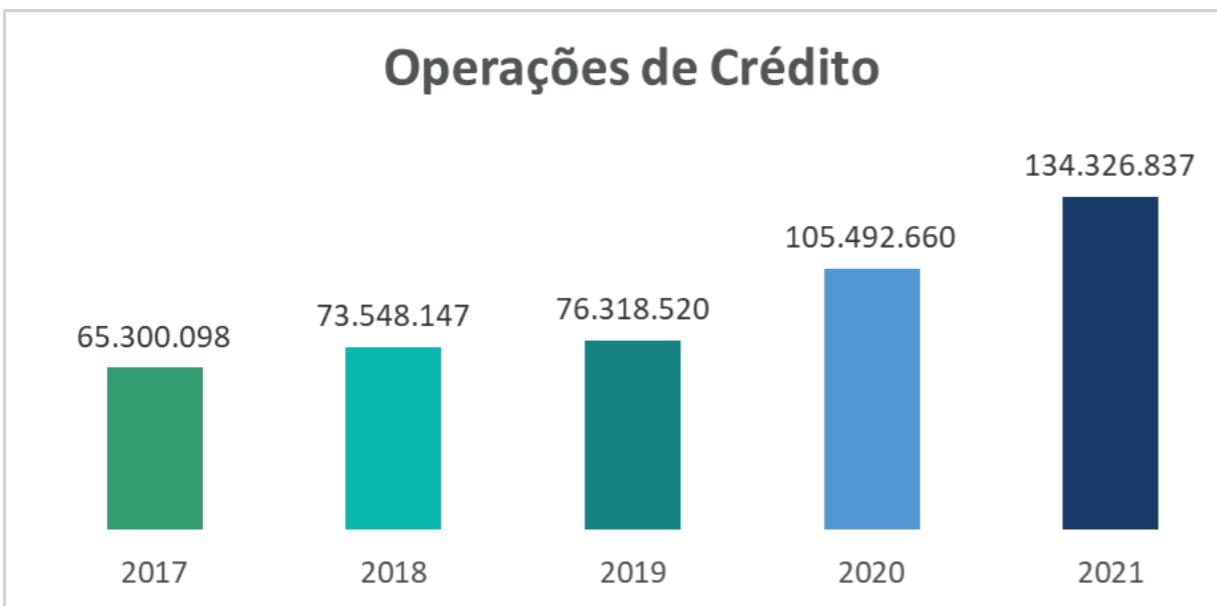
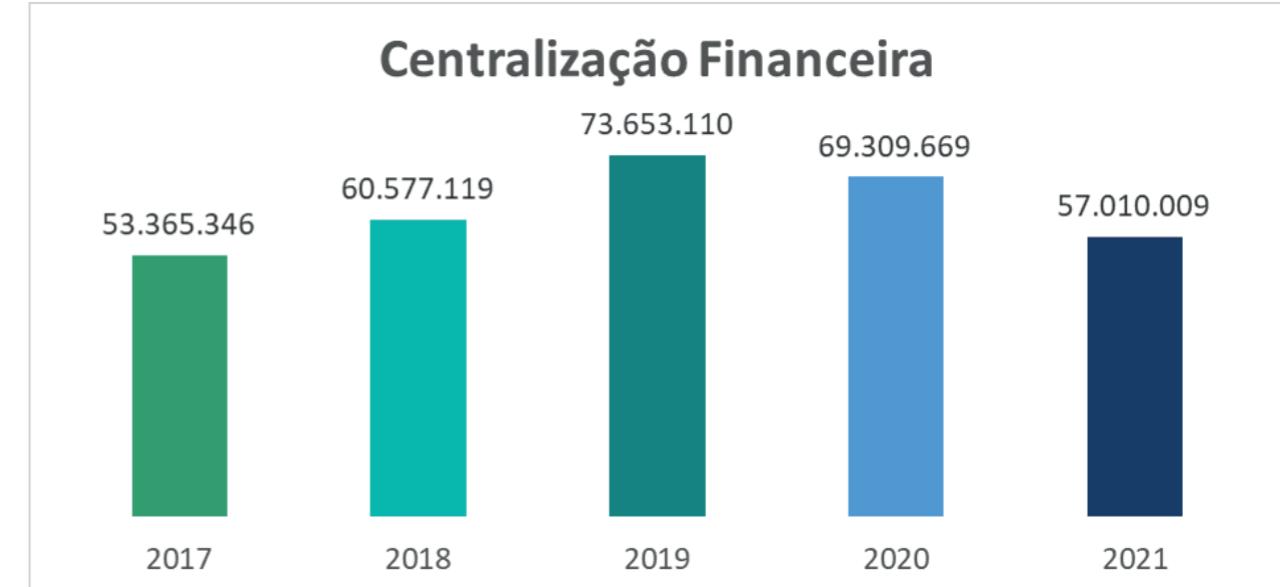
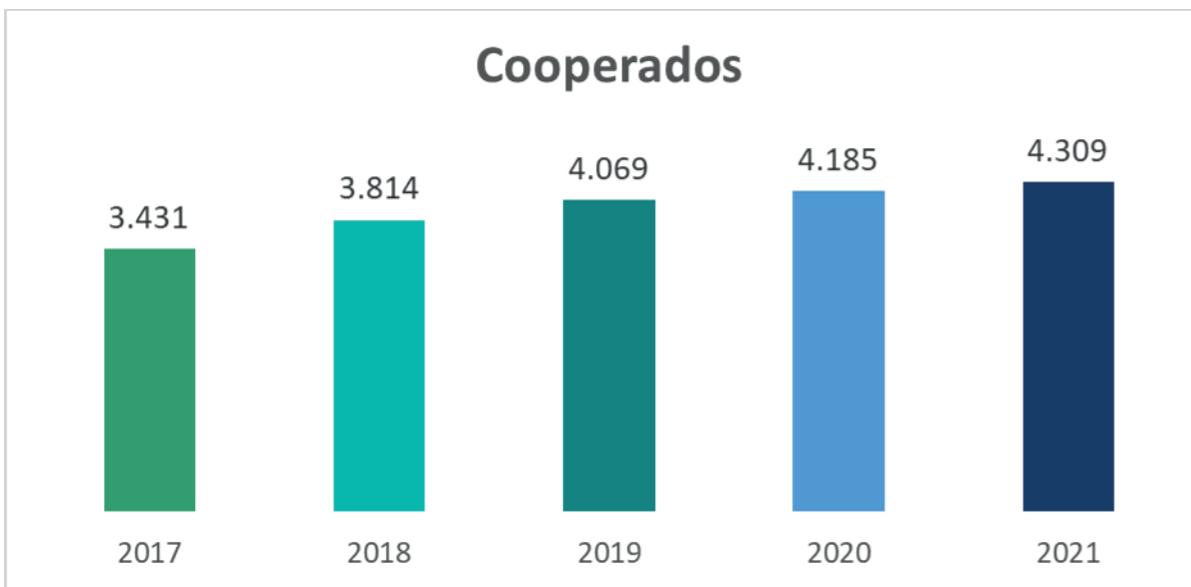
Premiação PDGC

Nossos representantes estiveram presentes na cerimônia de premiação do Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) para receber, em nome da cooperativa, o Prêmio SómosCoop Excelência em Gestão 2021-2022. O prêmio é um reconhecimento nacional das cooperativas que promovem boas práticas de qualidade e melhoria contínua nos processos de gestão. O Sicoob Coopjus foi contemplado pela primeira vez na Categoria Prata, no nível Primeiros Passos para a Excelência.



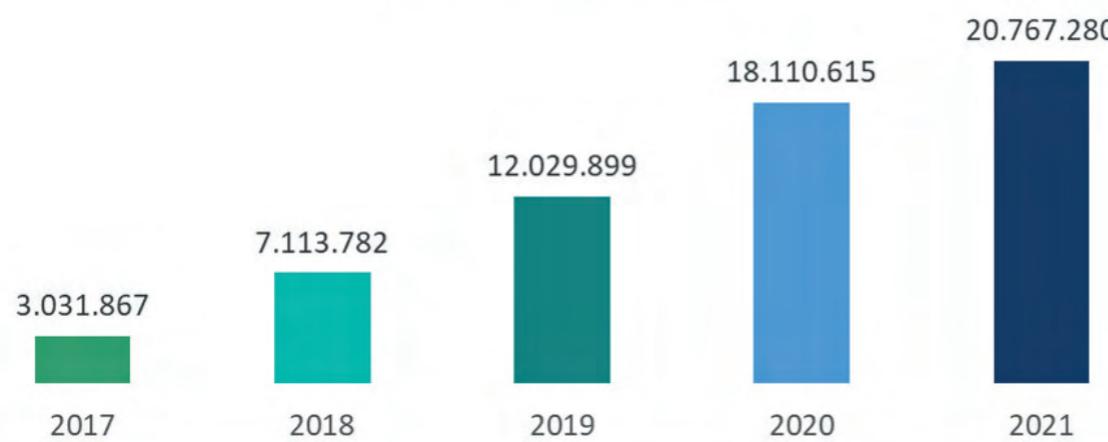
6

PRESTAÇÃO DE CONTAS

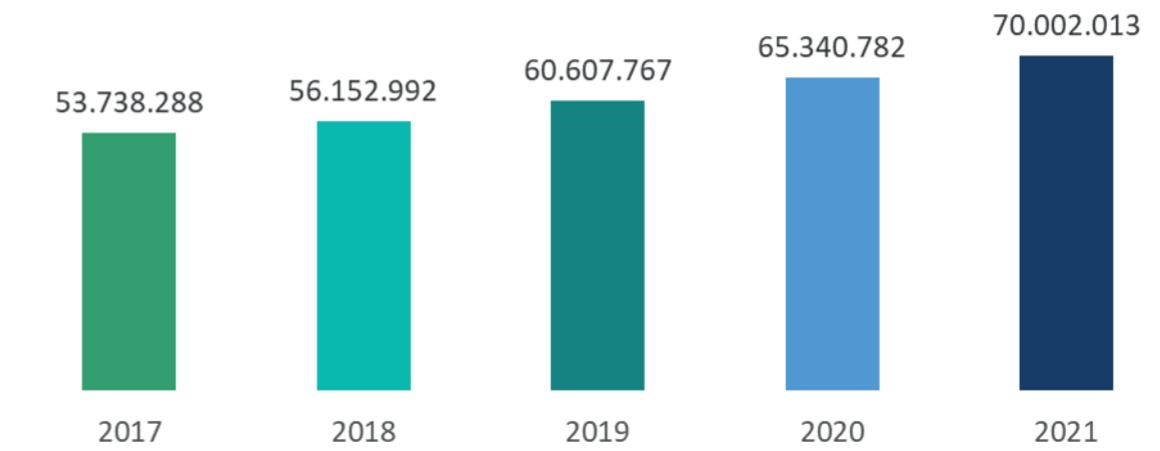




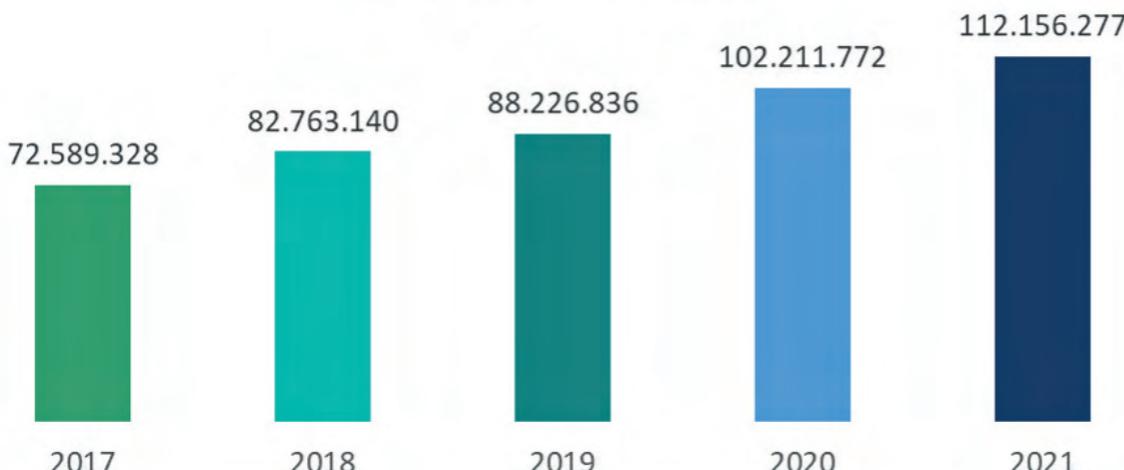
Depósitos à vista



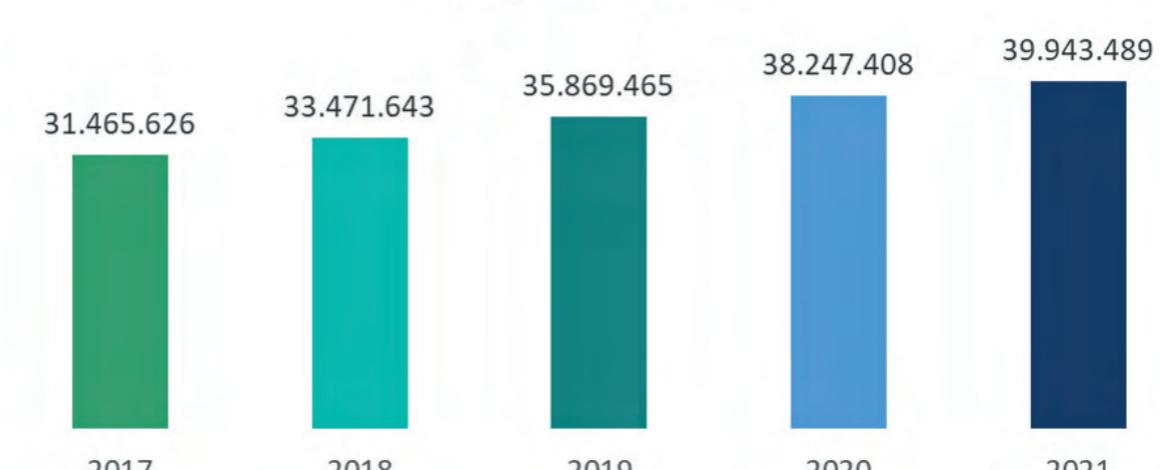
Patrimônio Líquido



Depósitos à prazo

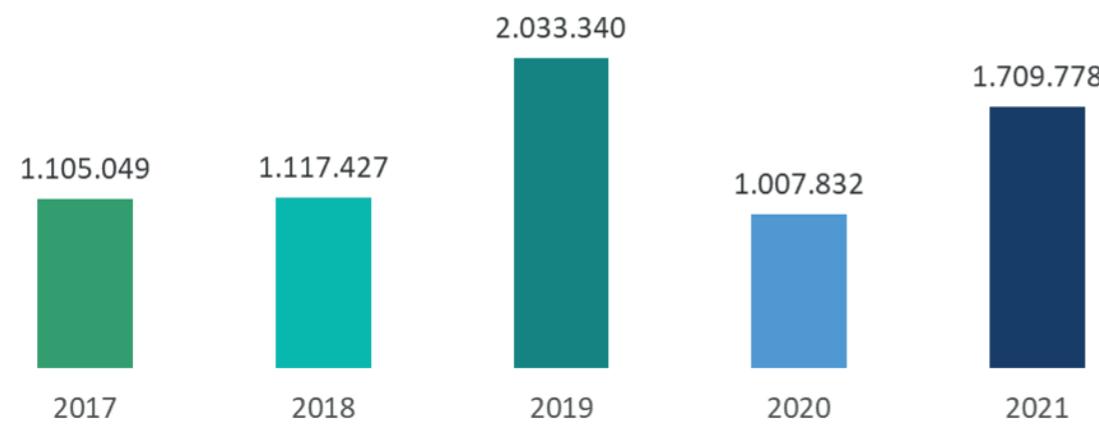


Capital Social

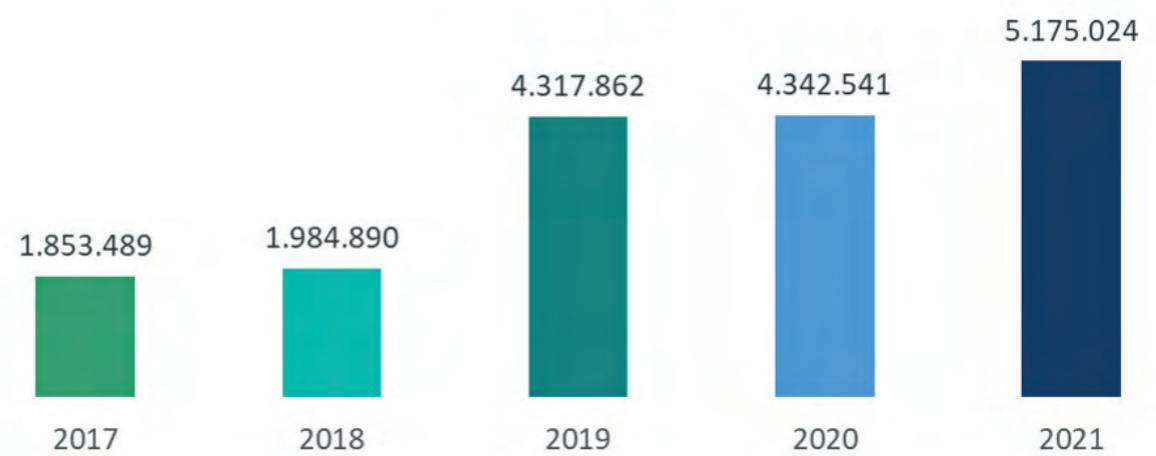




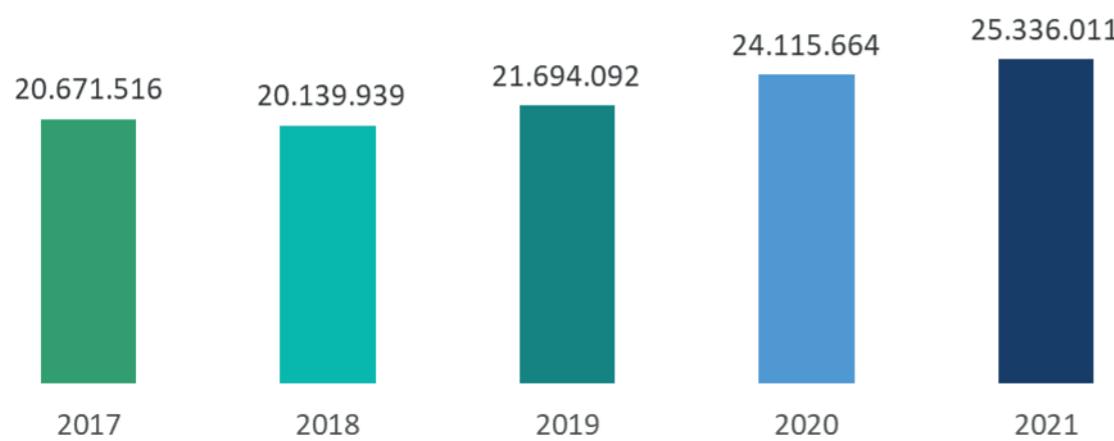
Juros s/ Capital Próprio



Sobras Líquidas



Reserva Legal





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S as as Demonstra es Contábeis do exército findo em 31/12/2021 da Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e das Institui es Jurídicas da União em Minas Gerais Ltda. – Sicoob Coopjus, na forma da Legisla o em vigor.

1. Política Operacional

Em 2021, o SICOOB COOPJUS completou 33 anos mantendo sua voca o de institui o voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atua o junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e capta o de depósitos.

2. Avalia o de Resultados

No exército de 2021, o SICOOB COOPJUS obteve um resultado bruto de R\$ 6.884.802,52 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 9,84%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centraliza o Financeira somaram R\$ 57.010.008,90. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 134.326.836,92.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 0,00	0,00%
Carteira Comercial	R\$ 134.326.836,92	100,00%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 7,73% da carteira, no montante de R\$ 10.585.435,03.

4. Capta o

As capta es, no total de R\$ 132.923.557,16, apresentaram uma evolu o em rela o ao mesmo período do exército anterior de 10,47%.

www.sicoobcoopjus.com.br
Av. Getúlio Vargas, 258, 6º andar, Funcionários
30112-020 - Belo Horizonte - MG
Tel: (31)2129-8585

Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e das Institui es Jurídicas
da União em Minas Gerais Ltda. SICOOB COOPJUS CNPJ 25.262.615/0001-02
D4Sign 7dd97533-dee5-4dfb-a27f-83306378df59 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2º.

As capta es encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos � Vista	R\$ 20.767.279,85	15,62%
Depósitos a Prazo	R\$ 112.156.277,31	84,38%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 28,47% da capta o, no montante de R\$37.307.128,48.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB COOPJUS era de R\$ 65.739.720,79. O quadro de associados era composto por 4.309 cooperados, havendo um acréscimo de 2,99% em rela o ao mesmo período do exército anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise de risco do propenso tomador, atribui o de limites de crédito, defini o de garantias e classifica o de risco da opera o, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das opera es.

A análise do risco ´ desenvolvida a partir de critérios consistentes e verificáveis, dentre eles a renda comprovada pelo cooperado, observando informa es internas e externas e as garantias vinculadas.

O SICOOB CCOPJUS adota a política de classifica o de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolu o CMN não 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa ´ um modelo de gestão estratégica que estabelece diretrizes, mecanismos de controles internos e externos e responsabilidades a fim de garantir a consecu o dos objetivos sociais e assegurar a continuidade dos negócios de modo sustentável em conson nia com os interesses dos cooperados.

Nesse sentido, a administra o da Cooperativa tem na assembleia geral, que ´ a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segreg o de fun es. Cabem ao Conselho de Administra o as decisões estratégicas e ´ Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE.

www.sicoobcoopjus.com.br
Av. Getúlio Vargas, 258, 6º andar, Funcionários
30112-020 - Belo Horizonte - MG
Tel: (31)2129-8585

Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e das Institui es Jurídicas
da União em Minas Gerais Ltda. SICOOB COOPJUS CNPJ 25.262.615/0001-02
D4Sign 7dd97533-dee5-4dfb-a27f-83306378df59 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2º.



Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são editados normativos internos para regulamentar seu funcionamento, dentre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral, resoluções e manuais com diretrizes sobre produtos e serviços prestados.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Possui ainda um plano de cargos e salários para os empregados e estagiários que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional. A remuneração de Conselheiros e diretores estatutários é definida pela Assembleia Geral conforme legislação vigente.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito em Assembleia Geral para um mandato de três anos, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como analisar e opinar sobre a regularidade de seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos conselheiros de administração e fiscal, diretores executivos e demais integrantes da equipe do SICOOB COOPJUS aderiram ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, por meio de compromisso firmado. A partir de então, todos os novos colaboradores ao ingressar na Cooperativa assumem o mesmo compromisso.

www.sicoobcoopjus.com.br
Av. Getúlio Vargas, 258, 6º andar, Funcionários
30112-020 - Belo Horizonte - MG
Tel: (31)2129-8585

Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e das Instituições Jurídicas

D4Sign 7dd97533-dee5-4dfb-a27f-83306378df59 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2º.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados. Centralizada no Centro Corporativo Sicoob (CCS), a Ouvidoria atende às manifestações recebidas por meio da plataforma integrada "Sistema de Ouvidoria do SICOOB", composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet, tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

Salientamos que, mesmo centralizada, cada cooperativa singular filiada ao Sicoob conta com um diretor responsável pela Ouvidoria e um agente de apoio à Ouvidoria.

No exercício de 2021, a Ouvidoria do SICOOB COOPJUS registrou 30 manifestações de cooperados, sendo 18 consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas. As manifestações tratavam de esclarecimento de dúvidas sobre produtos e serviços ofertados pela Cooperativa, notadamente conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

O Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução CMN n. 4.933, de 20/7/2021, publicada em 2/8/2021, que aprova o Estatuto e o Regulamento do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e estabelece a forma de contribuição.

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito-FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$250 mil por cooperado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

Consoante artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% do montante dos saldos das contas referentes aos instrumentos financeiros relacionados no art. 2º, incisos I a IX, do Anexo II da mencionado normativo.

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, o FGCoop possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

www.sicoobcoopjus.com.br
Av. Getúlio Vargas, 258, 6º andar, Funcionários
30112-020 - Belo Horizonte - MG
Tel: (31)2129-8585

Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e das Instituições Jurídicas

D4Sign 7dd97533-dee5-4dfb-a27f-83306378df59 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2º.



Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte/MG, 01 de fevereiro de 2022.

Ronaldo Alves da Silva
Presidente

Antônio Cláudio dos Santos Rosa
Conselheiro Efetivo

Áurea Maria Parreira
Conselheira Efetiva

Frederico Gomes Jabbur
Conselheiro Efetivo

Márcio David Carvalho
Conselheiro Efetivo

Nestor Santiago Santos
Conselheiro Efetivo

Roberto Rodrigues da Costa
Conselheiro Efetivo

Sérvio Túlio de F. Vanucci
Conselheiro Efetivo





8

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



**COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA.
SICOOB COOPJUS**

BALANÇO PATRIMONIAL EM REAIS			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
DISPONIBILIDADES	4	237.486,15	338.822,27
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		195.975.340,06	178.553.103,60
Relações Interfinanceiras Ativas	4	57.010.008,90	69.309.668,93
Operações de Crédito	5	135.540.310,53	106.456.559,95
Outros Ativos Financeiros	6	3.425.020,63	2.786.874,72
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(1.383.150,02)	(1.109.274,77)
(-) Operações de Crédito	5	(1.213.473,61)	(963.899,52)
(-) Outras	6.1	(169.676,41)	(145.375,25)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	7	450.959,56	344.541,57
OUTROS ATIVOS	8	60.543,36	435.226,75
INVESTIMENTOS	9	7.854.964,69	6.738.240,89
IMOBILIZADO DE USO	10	9.173.477,99	8.974.890,05
INTANGÍVEL	11	294.039,42	332.705,31
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(2.219.679,53)	(2.117.099,65)
TOTAL DO ATIVO		210.443.981,68	192.491.156,02
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
DEPÓSITOS	12	132.923.557,16	120.322.386,10
Depósitos à Vista		20.767.279,85	18.110.614,52
Depósitos a Prazo		112.156.277,31	102.211.771,58
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		46.813,14	352,18
Outros Passivos Financeiros	13	46.813,14	352,18
PROVISÕES	15	2.950.014,95	2.677.691,35
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	16	264.817,31	178.910,86
OUTROS PASSIVOS	17	4.256.765,80	3.971.033,15
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		70.002.013,32	65.340.782,38
CAPITAL SOCIAL	18	39.943.488,59	38.247.407,90
RESERVAS DE SOBRAS		26.558.934,72	24.115.663,55
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		3.499.590,01	2.977.710,93
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		210.443.981,68	192.491.156,02

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA.

SICOOB COOPJUS

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
EM REAIS**

DSP	Notas	2o Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		10.667.877,17	19.534.660,45	16.606.652,26
Operações de Crédito	21	8.883.001,62	16.925.355,57	14.498.654,29
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.784.875,55	2.609.304,88	2.107.997,97
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(3.744.103,69)	(5.491.487,14)	(3.506.689,74)
Operações de Captação no Mercado	22	(3.242.864,68)	(4.795.632,06)	(3.073.831,19)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(501.239,01)	(695.855,08)	(432.858,55)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		6.923.773,48	14.043.173,31	13.099.962,52
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(3.628.475,14)	(7.068.834,16)	(7.365.089,63)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	23	524.747,83	1.265.425,50	844.109,59
Rendas de Tarifas	24	31.378,20	66.438,80	124.169,70
Dispêndios e Despesas de Pessoal	25	(2.687.310,74)	(5.044.087,85)	(4.666.845,57)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	26	(1.816.517,86)	(3.681.079,55)	(3.789.359,72)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(87.377,21)	(200.705,16)	(171.260,85)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	27	601.279,43	1.012.869,98	995.973,68
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	28	(194.674,79)	(487.695,88)	(701.876,46)
PROVISÕES		(18.793,92)	(52.351,82)	(19.113,00)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(18.793,92)	(52.351,82)	(19.113,00)
RESULTADO OPERACIONAL		3.276.504,42	6.921.987,33	5.715.759,89
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		8.000,00	(37.184,81)	(365.386,65)
Ganhos de Capital	30	8.000,00	22.263,09	1.581,04
Rendas de Aluguel		-	-	1.500,00
(-) Perdas de Capital		-	(59.447,90)	(368.467,69)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		3.284.504,42	6.884.802,52	5.350.373,24
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		35.341,83	-	-
Imposto de renda Sobre Atos Não Cooperados		20.541,21	-	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		14.800,62	-	-
Ativo Fiscal Diferido		-	-	-
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		3.319.846,25	6.884.802,52	5.350.373,24
JUROS AO CAPITAL		(1.218.898,45)	(1.709.778,30)	(1.007.832,43)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		2.100.947,80	5.175.024,22	4.342.540,81

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA.
SICOOB COOPJUS**

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE
EM REAIS**

DRA	Notas	2o Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Sobras/Perdas Líquidas		3.319.846,25	6.884.802,52	5.350.373,24
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Total do resultado abrangente		3.319.846,25	6.884.802,52	5.350.373,24
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA.
SICOOB COOPJUS**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM REAIS**

Descrição	Notas	2o Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Atividades Operacionais				
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		3.284.504,42	6.884.802,52	5.350.373,24
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(84.141,84)	(122.026,40)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	501.239,01	695.855,08	432.858,55	
Provisões/Reversão para Garantias Prestadas	18.793,92	52.351,82	19.113,00	
Depreciações e Amortizações	162.340,45	314.015,42	416.252,76	
	3.966.877,80	7.862.883,00	6.096.571,15	

Aumento (Redução) em ativos operacionais				
Operações de Crédito	(15.724.739,69)	(29.353.319,09)	(29.612.836,66)	
Outros Ativos Financeiros	(559.014,28)	(790.557,23)	107.469,33	
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(102.673,07)	(106.417,99)	(30.437,68)	
Outros Ativos	436.736,88	374.683,39	(316.498,14)	
Aumento (Redução) em passivos operacionais				
Depósitos a Vista	2.958.838,81	2.656.665,33	6.080.715,90	
Depósitos a Prazo	4.193.476,38	9.944.505,73	13.984.935,35	
Outros Passivos Financeiros	(9.487,10)	46.460,96	(16.418,05)	
Provisões	103.639,37	219.971,78	57.392,77	
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	98.989,20	85.906,45	(30.191,94)	
Outros Passivos	(676.129,68)	(1.424.045,65)	(952.103,81)	
FATES - Atos Cooperativos	(303.753,86)	(243.563,52)	(217.127,04)	
FATES - Atos Não Cooperativos	(243.563,52)	(303.753,86)	-	
IRPJ e CSLL pagos	35.341,83	-	-	
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	(5.825.460,93)	(11.030.580,70)	(4.848.528,82)	

Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos	-	13.977,61	37.041,43	
Distribuição de Sobras da Central	-	70.164,23	84.984,97	
Aquisição de Intangível	-	(12.914,22)	(88.947,70)	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(148.402,65)	(358.443,37)	405.547,30	
Aquisição de investimentos	(1.032.581,10)	(1.116.723,80)	(573.839,69)	
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.180.983,75)	(1.403.939,55)	(135.213,69)	

Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital	865.942,40	144.322,87	3.062.593,32	
Devolução de Capital à Cooperados	(1.350.364,53)	(1.906.173,63)	(1.672.672,68)	
Estorno de Capital	(335,00)	(502,04)	-	
Destinação de Sobras Para Associados	-	(17.052,69)	(1.770.341,59)	
Juros ao Capital Subscrito - Líquido	1.680.486,18	1.680.486,18	988.022,19	
Reversões de Fundos	132.443,41	132.443,41		
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	1.328.172,46	33.524,10	607.601,24	

Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(5.678.272,22)	(12.400.996,15)	(4.376.141,27)	
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	62.925.767,27	69.648.491,20	74.024.632,47	
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	57.247.495,05	57.247.495,05	69.648.491,20	
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(5.678.272,22)	(12.400.996,15)	(4.376.141,27)	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA.
SICOOB COOPJUS**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM REAIS**

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Fundo de Reserva	Estatutárias		
Saldo em 31/12/2019		35.880.982,00		(11.516,93)	21.694.092,45		3.044.209,85
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas						600.138,74	523.729,52
Distribuição de sobras para associados - Pago							(1.273.868,26)
Movimentação de Capital:							(1.770.341,59)
Por Subscrição/Realização		3.081.174,89		(18.581,57)			3.062.593,32
Por Devolução (-)		(1.672.672,68)					(1.672.672,68)
Reversões de Reservas							
Sobras ou Perdas do Período						(439.313,48)	(150.000,00)
Remuneração de Juros ao Capital Próprio							589.313,48
Provisão de Juros ao Capital							(1.007.832,43)
Juros ao Capital Subscrito - Líquido							988.022,19
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva						1.085.635,20	(1.085.635,20)
Outras Destinações						651.381,12	(651.381,12)
FATES - Atos Cooperativos							(217.127,04)
Saldo em 31/12/2020		38.277.506,40		(30.098,50)	23.379.866,39	735.797,16	2.977.710,93
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas						738.326,54	444.384,39
Distribuição de sobras para associados - Pago							(1.182.710,93)
Distribuição de sobras para associados - Integralizado							(17.052,69)
Movimentação de Capital:							(1.777.947,31)
Por Subscrição/Realização		1.723.474,43		(28.024,56)			144.322,87
Por Devolução (-)		(1.906.173,63)					(1.906.173,63)
Estorno de Capital		(502,04)					(502,04)
Reversões de Reservas							
Reversões de Fundos							
Sobras ou Perdas do Período							
Remuneração de Juros ao Capital Próprio							
Provisão de Juros ao Capital							
Juros ao Capital Subscrito - Líquido			</				



9

NOTAS EXPLICATIVAS



COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB COOPJUS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB COOPJUS é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **28/05/1988**, filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPJUS possui as seguintes unidades de atendimentos:

- Posto de Atendimento Matriz - Av. Getúlio Vargas, 258, sala 1002 – Funcionários, BH – MG;
- Espaço Cooperativo TRE - Av. Prudente de Moraes, 320 - Cidade Jardim, BH – MG;
- Espaço Cooperativo Justiça Federal - Av. Álvares Cabral, 1741 – Santo Agostinho; BH – MG;
- Unidade Administrativa - Av. Getúlio Vargas, 258 - 6º andar, BH – MG.

O **SICOOB COOPJUS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 01/02/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, a Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;
- ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;
- iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;
- iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.



Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA - SICOOB COOPJUS** junto a seus associados, empregados e a comunidade estão realizando ações para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento desta missão.

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA - SICOOB COOPJUS**, visando administrar e conter os efeitos da crise, tomou diversas providências, das quais destacam-se:

- Implantação da assinatura eletrônica;
- Criação de linhas Especiais de crédito COVID;
- Criação do plano de continuidade do negócio e gestão de crise a fim de responder tempestivamente às mudanças devido à pandemia da covid-19;
- Revisão do Planejamento de Vendas e Metas Comerciais;
- Campanhas de renegociação dos inadimplentes;
- Implantação do home office;

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).



g) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Depósitos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

n) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

o) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para

saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

q) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

r) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

s) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

u) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.



4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	237.486,15	338.822,27
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	57.010.008,90	69.309.668,93
TOTAL	57.247.495,05	69.648.491,20

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	1.784.875,55	2.609.304,88	2.107.997,97

5. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	25.913.948,38	109.281.571,73	135.195.520,11	21.815.771,19	84.640.778,54	106.456.559,95
Financiamentos	65.856,37	278.934,05	344.790,42	0,00	0,00	0,00
Total de Operações de Crédito	25.979.804,75	109.560.505,78	135.540.310,53	21.815.771,19	84.640.778,54	106.456.559,95
(-) Provisões para Operações de Crédito	(465.611,73)	(747.861,88)	(1.213.473,61)	(963.899,52)	0,00	(963.899,52)
TOTAL	25.514.193,02	108.812.643,90	134.326.836,92	20.851.871,67	84.640.778,54	105.492.660,43

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	60.705.978,77	0,00	0,00	60.705.978,77		36.294.776,37	
A 0,5% Normal	53.125.786,00	106.146,44	0,00	53.231.932,44	(266.159,66)	59.073.783,84	(295.368,92)
B 1% Normal	10.260.181,46	150.764,39	0,00	10.410.945,85	(104.109,46)	5.666.328,21	(56.663,28)
C 3% Normal	9.473.560,11	87.879,59	0,00	9.561.439,70	(286.843,19)	4.449.668,31	(133.490,05)
C 3% Vencidas	68.415,06	0,00	0,00	68.415,06	(2.052,45)	6.185,04	(185,55)
D 10% Normal	772.808,72	0,00	0,00	772.808,72	(77.280,87)	401.320,36	(40.132,04)
D 10% Vencidas	146.315,70	0,00	0,00	146.315,70	(14.631,57)	29.369,15	(2.936,92)
E 30% Normal	24.980,95	0,00	0,00	24.980,95	(7.494,29)	56.933,83	(17.080,37)
E 30% Vencidas	59.553,76	0,00	0,00	59.553,76	(17.866,13)	13.606,47	(4.081,94)
F 50% Normal	49.071,66	0,00	0,00	49.071,66	(24.535,83)	64.704,17	(32.352,09)
F 50% Vencidas	168.196,51	0,00	0,00	168.196,51	(84.098,26)	6.941,16	(3.470,58)
G 70% Normal	18.086,48	0,00	0,00	18.086,48	(12.660,54)	21.640,92	(15.148,64)
G 70% Vencidas	22.813,03	0,00	0,00	22.813,03	(15.969,12)	27.709,92	(19.396,94)
H 100% Normal	84.943,27	0,00	0,00	84.943,27	(84.943,41)	134.098,16	(134.098,16)
H 100% Vencidas	214.828,63	0,00	0,00	214.828,63	(214.828,63)	209.494,04	(209.494,04)
Total Normal	134.515.397,42	344.790,42		0,00	134.860.187,84	(864.027,25)	106.163.254,17
Total Vencidos	680.122,69	0,00		0,00	680.122,69	(349.446,16)	293.305,78
Total Geral	135.195.520,11	344.790,42		0,00	135.540.310,53	(1.213.473,61)	106.456.559,95
Provisões	(1.208.798,84)	(4.674,77)		0,00	(1.213.473,61)		(963.899,52)
Total Líquido	133.986.721,27	340.115,65		0,00	134.326.836,92	(1.213.473,61)	105.492.660,43
							(963.899,52)

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	8.226.350,34	17.687.598,04	109.281.571,73	135.195.520,11
Financiamentos	19.057,53	46.798,84	278.934,05	344.790,42
TOTAL	8.245.407,87	17.734.396,88	109.560.505,78	135.540.310,53

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	533.303,21	0,00	533.303,21	0,39%
Pessoa Física	134.662.216,90	344.790,42	135.007.007,32	99,61%
TOTAL	135.195.520,11	344.790,42	135.540.310,53	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	-963.899,52	-649.146,67
Constituições/Reversões no período	-1.338.662,89	-1.201.509,55
Reversões	666.332,31	762.813,12
Transferência para prejuízo no período	422.756,49	123.943,58
Saldo Final	-1.213.473,61	-963.899,52

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	624.131,19	0,46%	589.710,55	0,55%
10 Maiores Devedores	5.812.440,13	4,29%	4.933.766,17	4,63%
50 Maiores Devedores	22.568.017,74	16,65%	18.801.369,65	17,66%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021</th
-----------	----------------



(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCO SICOOB**, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados Rendas de Convênios (R\$ 6.198,39), Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 434.090,33) e outros (R\$ 4.480,12);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 1.085,00);

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R\$ 361.848,73), Pis Folha (R\$ 256.204,30), COFINS (R\$ 1.517.880,27) e outros (R\$ 591.579,07).

6.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(169.676,41)	0,00	(145.375,25)	0,00
TOTAL	(169.676,41)	0,00	(145.375,25)	0,00

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
E 0,3 Vencidas	46.721,68	46.721,68	(14.016,52)	0,00	0,00
F 0,5 Vencidas	75.875,43	75.875,43	(37.937,72)	0,00	0,00
G 0,7 Vencidas	37.783,81	37.783,81	(26.448,67)	0,00	0,00
H 1 Vencidas	91.273,50	91.273,52	(91.273,50)	145.375,25	(145.375,25)
Total Vencidos	251.654,42	251.654,44	(169.676,41)	145.375,25	(145.375,25)
Total Geral	251.654,42	251.654,44	(169.676,41)	145.375,25	(145.375,25)
Provisões	(169.676,39)	(169.676,41)		(145.375,25)	
Total Líquido	81.978,03	81.978,03	(169.676,41)	0,00	(145.375,25)

7. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	450.959,56	0,00	344.541,57	0,00
TOTAL	450.959,56	0,00	344.541,57	0,00

Em Impostos e Contribuições a Compensar estão registrados IRPJ - Saldo Negativo - Correção (R\$ 240.589,89), CSLL - Saldo Negativo - Correção (R\$ 163.026,48), IRRF Sobre Comissões - Intermediação Financeira (R\$ 8.529,88), ISS - Impostos S/Serviços (R\$ 1.9.477,72), COFINS (R\$ 16.254,97), Pis a Compensar (R\$ 2.682,47), IR Retidos (R\$ 398,15).

8. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	7.567,13	0,00	8.854,06	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (a)	8.312,48	0,00	4.231,53	0,00
Devedores Diversos – País (b)	3.795,97	0,00	375.262,53	0,00
Material em Estoque	1.214,00	0,00	777,00	0,00
Despesas Antecipadas (c)	39.653,78	0,00	46.101,63	0,00
TOTAL	60.543,36	0,00	435.226,75	0,00

(a) Em Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta estão registrados Fundo Fijo (R\$ 1.067,54) e Outros (R\$ 7.244,94);

(b) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 3.795,83) e Outros (R\$ 0,14);

(c) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros (R\$ 13.984,28), contribuição cooperativista (R\$ 20.220,57) e outros (R\$ 5.448,93).

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
Participação em Cooperativa Central De Crédito			7.187.486,06	6.145.654,26
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito			667.478,63	592.586,63
TOTAL			7.854.964,69	6.738.240,89

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A.**

10. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021		31/12/2020	
Imobilizado em Curso (a)				125.442,95	0,00
Terrenos				1.006.800,00	1.006.800,00
Edificações	4%			5.847.444,85	5.847.444,85
Instalações	10%			540.376,63	662.548,90
Móveis e equipamentos de Uso	10%			763.058,03	777.313,00
Sistema de Processamento de Dados	20%			606.908,60	625.646,12
Sistema de Segurança	10%			16.408,35	14.928,25
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros				267.038,58	40.208,93
Total de Imobilizado de Uso				9.173.477,99	8.974.890,05
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações				(718.030,81)	(641.091,97)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações				(339.440,58)	(357.306,50)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso				(903.816,93)	(863.485,10)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros				(46.515,08)	(12.062,70)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso				(2.007.803,40)	(1.873.946,27)
TOTAL				7.165.674,59	7.100.943,78

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos intangíveis estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
Sistemas De Processamento De Dados			205.640,41	243.626,30
Sistemas De Comunicação E De Segurança			88.399,01	89.079,01



Total de Intangível	294.039,42	332.705,31
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(211.876,13)	(243.153,38)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(211.876,13)	(243.153,38)
TOTAL	82.163,29	89.551,93

12. Depósitos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	20.767.279,85	0,00	18.110.614,52	0,00
Depósito a Prazo (b)	112.156.277,31	0,00	102.211.771,58	0,00
TOTAL	132.923.557,16	0,00	120.322.386,10	0,00

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	15.663.191,00	11,78%	12.634.036,94	10,50%
10 Maiores Depositantes	28.656.635,50	21,56%	25.400.465,77	21,11%
50 Maiores Depositantes	53.236.345,45	40,05%	44.520.355,72	37,00%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.147.108,02)	(4.607.843,42)	(2.912.078,04)
Despesas de Contribuição Fundo Garantidor de Créditos	(95.756,66)	(187.788,64)	(161.753,15)
TOTAL	(3.242.864,68)	(4.795.632,06)	(3.073.831,19)

13. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros	0,03	0,00	0,00	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (a)	46.813,11	0,00	352,18	0,00
TOTAL	46.813,14	0,00	352,18	0,00

(a) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 45.802,57), Estaduais (R\$ 307,23), e Outros (R\$ 703,31).

14. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB COOPJUS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito e depósitos à vista e a prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	179.851,66	4.554,00	128.070,16	3.983,68
Provisão Para Contingências (b)	0,00	2.765.609,29	0,00	2.545.637,51
TOTAL	179.851,66	2.770.163,29	128.070,16	2.549.621,19

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	17.356.723,76	13.690.390,61
TOTAL	17.356.723,76	13.690.390,61

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	361.848,73	361.848,73	357.643,83	357.643,83
PIS FOLHA	245.464,95	256.204,30	213.473,59	213.473,59
COFINS	1.517.880,27	1.517.880,27	1.499.823,54	1.499.823,54
Outras Contingências	640.415,34	591.579,07	474.696,55	454.736,55
TOTAL	2.765.609,29	2.727.512,37	2.545.637,51	2.525.677,51

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB COOPJUS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 48.836,27. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

16. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas



Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros (a)	5.404,62	0,00	6.889,35	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários (b)	210.970,59	0,00	156.840,49	0,00
Outros (c)	48.442,10	0,00	15.181,02	0,00
TOTAL	264.817,31	0,00	178.910,86	0,00

(a) Refere-se à impostos e contribuições s/serviços de terceiros, tendo os seguintes saldos: ISSQN a recolher - R\$ 1.399,26, INSS a recolher - R\$ 1.699,03, IRRF a recolher R\$ 488,05 e PIS/COFINS/CSLL a recolher - R\$ 1.818,28.

(b) Refere-se à impostos e contribuições sobre salários os valores IRRF a recolher (R\$ 71.514,94), INSS a recolher (R\$ 99.849,16), FGTS a recolher (R\$ 35.911,13), PIS a recolher (R\$ 3.647,36), e contribuição sindical a recolher (R\$ 48,00).

(c) Refere-se a outros os valores IRRF sobre aplicações financeiras (R\$ 29.021,27), ISSQN a recolher (R\$ 7.470,95), PIS faturamento a recolher (R\$ 971,22), COFINS a recolher (R\$ 5.976,76), e IRRF sobre juros ao capital (R\$ 5.001,90).

17. Outros Passivos

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	3.354.704,96	0,00	2.799.617,66	0,00
Cheques Administrativos	10,19	0,00	10,19	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	22.221,01	0,00	49.752,00	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	672.056,83	0,00	937.887,07	0,00
Credores Diversos – País (c)	207.772,81	0,00	183.766,23	0,00
TOTAL	4.256.765,80	0,00	3.971.033,15	0,00

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais, estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Dividendos e Bonificações a pagar	8.797,89	0,00	8.797,89	0,00
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	1.310.779,29	0,00	1.170.565,96	0,00
FATES - Fundo de Assist. Técnica, Educac. e social (a.1)	2.035.127,78	0,00	1.620.253,81	0,00
TOTAL	3.354.704,96	0,00	2.799.617,66	0,00

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 542.960,02), plano de saúde (R\$ 17.216,43), seguro prestamista (R\$ 76.036,51), custos de transações interfinanceiras (R\$ 5.960,58), fornecedores diversos (R\$ 29.883,28), ordem de pagamento – encerramento conta salário (R\$ 0,01)

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar **BANCO SICOOB** (R\$ 91.100,55), pendencias a regularizar (R\$ 14.219,08), créditos de terceiros (R\$ 100.968,09), taxa alienação de veículos a repassar (R\$ 1.484,20) outras (R\$ 0,89)

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No ano de **2021**, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 1.696.080,69**.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	39.943.488,59	38.247.407,90
Associados	4.309	4.184

b) Reserva Legal - Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras, no percentual de 25%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva estatutária – Fundo de estabilidade

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 17/04/2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, no valor de R\$ 2.977.710,93, da seguinte forma:

- Fundo de Reserva, no valor de R\$ 738.326,54;
- Reserva de Expansão, no valor de R\$ 444.384,39
- Distribuição de sobras aos associados, no valor de R\$ 1.795.000,00

e) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:



Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	5.175.024,22	4.342.540,81
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(371.397,32)	0,00
Outras deduções atos não cooperativos (conforme Res. 129/16 e Red. 145/16)	67.643,46	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	4.871.270,36	4.342.540,81
Destinações estatutárias – 10%	(487.127,04)	(651.381,12)
Reserva legal - 25%	(1.217.817,59)	(1.085.635,20)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(243.563,52)	(217.127,04)
Reversão de reservas	576.827,80	589.313,48
Sobra à disposição da Assembleia Geral	3.499.590,01	2.977.710,93

19. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	1.199.424,08	804.663,77
Despesas específicas de atos não cooperativos	(353.178,43)	(402.678,61)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(437.663,52)	(326.255,18)
Resultado operacional	408.582,13	75.729,98
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(37.184,81)	(365.386,65)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	371.397,32	(289.656,67)
(-) Deduções conforme Res. 129/16 e Res. 145/16	(67.643,46)	-
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	303.753,86	(289.656,67)

20. Provisão de Juros ao Capital

A cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado, em percentual de 9,25% correspondente à taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$1.709.778,30. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

21. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	2.401,47	3.773,18	3.876,51
Rendas de Empréstimos	8.758.546,34	16.715.039,39	14.199.825,72
Rendas de Financiamentos	2.691,74	2.691,74	0,00
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	119.362,07	203.851,26	294.952,06
TOTAL	8.883.001,62	16.925.355,57	14.498.654,29

22. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas De Captação	(3.242.864,68)	(4.795.632,06)	(3.073.831,19)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	250.916,56	501.604,80	491.123,67
Reversões de Provisões para Outros Créditos	4.371,28	13.559,03	12.009,46
Provisões para Operações de Crédito	(599.594,67)	(1.020.747,40)	(929.820,10)
Provisões para Outros Créditos	(156.932,18)	(190.271,51)	(6.171,58)
TOTAL	(3.744.103,69)	(5.491.487,14)	(3.506.689,74)

23. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	21.403,97	53.907,22	39.488,17
Rendas de Serviços de Custódia	0,00	4.776,28	0,00
Rendas de Outros Serviços	503.343,86	1.206.742,00	804.621,42
TOTAL	524.747,83	1.265.425,50	844.109,59

24. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	0,00	45,00	0,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	24.874,90	58.508,50	118.976,90
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	6.503,30	7.885,30	5.192,80
TOTAL	31.378,20	66.438,80	124.169,70

25. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(167.000,00)	(308.133,33)	(94.830,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Cons. Administração	(133.200,00)	(245.200,00)	(547.066,67)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(343.751,29)	(612.291,18)	(546.471,91)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(552.337,98)	(1.044.489,03)	(998.548,84)
Despesas de Pessoal – Proventos	(1.487.417,01)	(2.824.489,85)	(2.472.602,36)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(3.527,64)	(9.407,64)	(6.466,52)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(76,82)	(76,82)	(859,27)
TOTAL	(2.687.310,74)	(5.044.087,85)	(4.666.845,57)

26. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(16.647,16)	(28.509,59)	(38.655,82)
Despesas de Aluguéis	(85.334,18)	(146.268,36)	(261.977,89)
Despesas de Comunicações	(106.277,48)	(340.580,69)	(205.871,42)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	0,00	(2.576,16)	(6.632,93)
Despesas de Material	(13.521,94)	(27.226,56)	(29.310,75)
Despesas de Processamento de Dados	(17.785,73)	(33.303,53)	(101.210,75)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(8.053,10)	(15.456,70)	(10.601,22)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(4.600,00)	(4.600,00)	0,00
Despesas de Seguros	(16.186,42)	(33.978,75)	(49.789,29)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(516.630,74)	(1.000.986,81)	(952.930,20)
Despesas de Serviços de Terceiros	(88.579,65)	(138.461,24)	(145.498,39)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(64.851,50)	(123.478,54)	(134.579,84)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(242.360,17)	(458.584,56)	(392.097,23)
Despesas de Transporte	(23.684,38)	(46.878,95)	(65.205,13)
Despesas de Amortização	(10.174,94)	(20.302,86)	(33.960,43)
Despesas de Depreciação	(152.165,51)	(293.712,56)	(382.292,33)
Outras Despesas Administrativas	(449.664,96)	(966.173,69)	(978.746,10)
TOTAL	(1.816.517,86)	(3.681.079,55)	(3.789.359,72)

27. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	74.887,39	203.250,69	207.801,02
Dividendos	0,00	13.977,61	37.041,43
Distribuição de sobras da central	0,00	70.164,23	84.984,97
Outras rendas operacionais	23.684,81	41.952,10	45.956,06
Rendas oriundas de cartões de crédito	502.707,23	683.525,35	620.190,20



29. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para Garantias Prestadas	(171.293,72)	(268.298,67)	(124.993,43)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	152.499,80	215.946,85	105.880,43
TOTAL	(18.793,92)	(52.351,82)	(19.113,00)

30. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ganhos de Capital	8.000,00	22.263,09	1.581,04
Ganhos de Aluguéis	0,00	0,00	1.500,00
(-) Perdas de Capital	0,00	(59.447,90)	(368.467,69)
TOTAL	8.000,00	(37.184,81)	(365.386,65)

31. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em **2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	69.751,80	0,0867%	337,07
TOTAL	69.751,80	0,0867%	337,07
Montante das Operações Passivas	6.841.744,45	8,7179%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021			
CPR (física, financeira, coobrigações)			
Empréstimos e Financiamentos			0,0844%
Aplicações Financeiras			8,7179%

b) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Conta Garantida	40.037,66	200,19	31,5686%
Empréstimos	343.581,82	188,60	0,2568%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %

Depósitos a Vista	316.120,04	1,5246%	0%
Depósitos a Prazo	6.782.093,81	6,0470%	0,7197%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m.)
Empréstimos	0,8900%	47,29
Aplicação Financeira - Pré Fixada (% CDI)	0,3260%	24,03
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	93,5916%	62,45

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	40.037,66

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	334.593,24	38.621,34

f) Em **2021**, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)		BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(133.200,00)	(245.200,00)	(286.533,33)

32. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DA UNIÃO EM MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB COOPJUS**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.



O **SICOOB COOPJUS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	57.010.008,90	69.309.668,93
Ativo - Investimentos	7.187.486,06	6.145.654,26
Total das Operações Ativas	64.197.494,96	75.455.323,19

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.784.875,55	2.609.304,88	2.107.997,97
Total das Receitas	1.784.875,55	2.609.304,88	2.107.997,97
Rateio de Despesas da Central	(282.925,34)	(523.261,55)	(448.229,89)
Total das Despesas	(282.925,34)	(523.261,55)	(448.229,89)

33. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

33.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento

de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

33.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;



k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

33.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcum e RWAcacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

33.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade de a entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente às boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.



b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

33.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

33.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

33.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

34. Seguros Contratados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	65.739.720,79	61.305.119,00
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	149.777.649,62	125.233.281,57
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	43,89	48,95
Imobilizado para cálculo do limite	7.165.674,59	7.100.943,78
Índice de imobilização (limite 50%) %	10,90	11,58



Belo Horizonte - MG, 01 de fevereiro de 2022.

FERNANDA DE OLIVEIRA
GONCALVES
FREITAS:07339689613

Assinado de forma digital por
FERNANDA DE OLIVEIRA
GONCALVES FREITAS:07339689613
Dados: 2022.02.25 10:31:46 -03'00'

FERNANDA DE OLIVEIRA GONÇAVES FREITAS

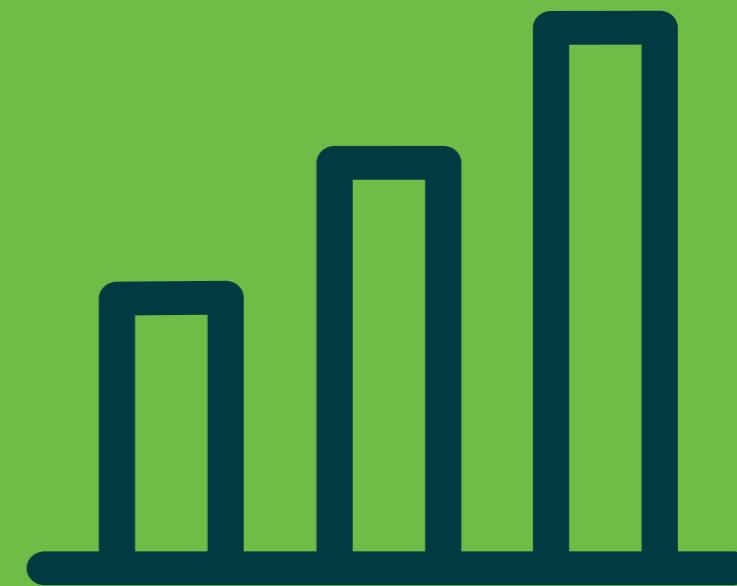
DIRETORA FINANCEIRA

WANDER MOREIRA
VILELA DE BARROS
PRATA:50321471687

Assinado digitalmente por WANDER
MOREIRA VILELA DE BARROS
PRATA:50321471687
Data: 2022-02-24 17:15:06:00

WANDER MOREIRA VILELA DE BARROS PRATA

CONTADOR CRC-MG 048.651/O-4



10

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer do Conselho Fiscal - Referência 2021

Ao Conselho de Administração

Os membros do Conselho Fiscal do SICOOB COOPJUS, conforme estabelece o artigo 91, IV, do Estatuto Social, tendo em vista o que se segue:

- O resultado das reuniões mensais de verificação dos relatórios de controle;
- A verificação dos relatórios de auditorias interna e externa;
- O exame dos documentos e conferência dos numerários que suportam as transações realizadas durante o exercício de 2021;
- A manifestação e proposição de medidas julgadas convenientes, oportunas e necessárias;
- A análise dos documentos contábeis que compõem as contas de encerramento do exercício - o Balanço Geral, a Demonstração de Resultado e os demais demonstrativos do exercício de 2021.

Opinam, pelo exposto, que as demonstrações contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB COOPJUS e são favoráveis à aprovação das contas do exercício de 2021 pela Assembleia Geral Ordinária.

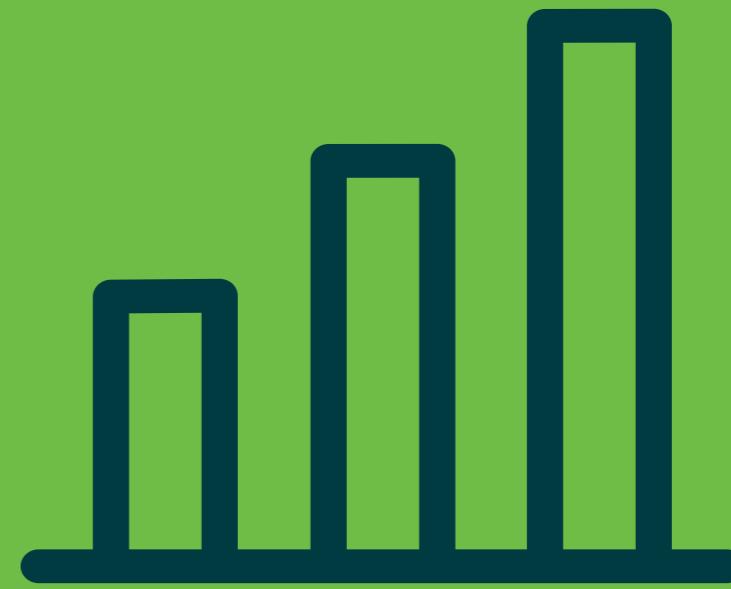
Belo Horizonte, 10 de março de 2022.

Ariane Miranda Rabelo Nésio
Conselheira Efetiva

José Milton dos Santos
Conselheiro Efetivo

Juliano Andrade Maria
Conselheiro Efetivo

Cláudia Maria Diniz Couto
Conselheira Suplente





RELATÓRIO DA AUDITORIA



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da **Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e das Instituições Jurídicas da União em Minas Gerais Ltda. - Sicoob Coopjus**

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e das Instituições Jurídicas da União em Minas Gerais Ltda. - Sicoob Coopjus**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **SICOOB COOPJUS** em **31 de dezembro de 2021**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma



perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Belo Horizonte/MG 18 de fevereiro de 2022.



Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O

RELATÓRIO ANUAL SICOOB COOPJUS 2021



/SicoobCoopjus



/sicoobcoopjus



@SicoobCoopjus



/SicoobCoopjusBH



(31) 2129-8585